

ESTUDOS ÁRABO-ISLÂMICOS E ORIENTAIS EM PORTUGAL

*Luis Filipe F. R. Thomaz**

Antecedentes históricos

A despeito de ser o país da Europa com mais longa experiência de contacto com os povos do Oriente, Portugal é, tanto quanto sabemos, aquele em que os estudos orientais estão menos desenvolvidos. É verdade que a própria natureza das cousas torna despropositada a comparação com o que se passa em França, na Inglaterra ou mesmo na Holanda, países quando não de outra dimensão pelo menos de maior riqueza e de posição geográfica mais central. Todos reconhecerão que não há em Portugal, por exemplo, condições materiais para se ensinarem 40 línguas orientais diferentes como se ensinam em Londres na *School of Oriental and African Studies* ou em Paris no *Institut National des Langues et Civilisations Orientales*; e é de presumir que, ainda que houvesse professores habilitados a ensinar toda essa gama de idiomas, verbas para os pagar, bibliotecas e demais estruturas para apoiar o seu ensino, o afluxo de interessados, dada a fraca dimensão do país, não chegaria provavelmente para justificar a manutenção de tantos cursos em funcionamento, ou deixaria mesmo parte dos docentes sem discentes. Infelizmente não é só em comparação com a França e com a Inglaterra que o panorama dos estudos orientais entre nós parece desolador; é-o, igualmente, quando o cotejo se faz com países de dimensão e recursos económicos mais aproximados dos do nosso, como a Dinamarca, a Hungria ou a Roménia, onde há

* Professor da Universidade Nova de Lisboa.

institutos especializados nesse ramo e ensino regular de bom número de idiomas.

Na Idade Média a Península Ibérica foi, como também um pouco a Sicília e muito mais que os Estados Latinos do Levante resultantes das Cruzadas, um foco de frutuoso intercâmbio cultural entre a civilização do Ocidente cristão e o mundo árabo-islâmico: basta recordar o papel da escola de tradutores de Toledo, a primeira tradução do Alcorão em latim, no século XII, a introdução de extensos capítulos sobre a história do califado na *Crónica Geral de Espanha*, tanto em versão castelhana como em portuguesa, etc. Esta tradição tem sido enormemente valorizada pela moderna investigação espanhola, mas em Portugal assaz menos.

Na época áurea da expansão portuguesa registaram-se sobretudo contactos culturais paulatinos, de natureza predominantemente oral, que, veiculados por apreciáveis massas de gente, acabaram por marcar visivelmente a nossa língua e a nossa cultura. De informação oral recolhida no Oriente resultaram alguns textos hoje preciosos para o conhecimento da Ásia nessa época, como o *Livro* de Duarte Barbosa, a *Suma Oriental* de Tomé Pires e a curiosíssima *Crónica dos Reis de Bisnaga*, compilada por Fernão Nunes e Domingos Pais no segundo quartel de Quinhentos. Registaram-se mesmo algumas tentativas de penetração mais profunda nos universos culturais da Ásia, inclusive na cultura veiculada pela escrita: João de Barros utilizou nas suas *Décadas* material historiográfico de crónicas árabes e persas que traduziu e de uma geografia chinesa que fez traduzir; devem-se a jesuítas portugueses estantes no Malabar as primeiras traduções em língua ocidental de textos religiosos indianos em sânscrito; e foi em Macau que o P^e Mateus Ricci, um jesuíta italiano ao serviço do Padroado Português do Oriente, começou a aprender chinês e a penetrar na filosofia de Confúcio e na ciência chinesa.

A atmosfera cultural da Contra-Reforma em geral e a vigilância da Inquisição em particular não favoreceram a divulgação pela imprensa de estudos sobre as civilizações não cristãs; mas, sobre-

tudo para fins apologéticos, elaboraram-se alguns no seio das ordens religiosas, do que restam ainda vestígios pelas nossas bibliotecas e arquivos. Nos finais do século XVIII, quando na atmosfera do Iluminismo a mentalidade mudou, esses estudos conheceram um ligeiro incremento, do que é sobretudo expoente a obra de Frei João de Sousa, lente de árabe no convento de Jesus e membro da Academia Real das Ciências.

Se Portugal conta assim, senão com os mais numerosos, pelo menos com os mais antigos precursores do orientalismo na Europa, não teve, em contrapartida, papel digno de menção na estruturação dos estudos orientálisticos em moldes modernos, sistemáticos e científicos, que teve lugar no século XIX, e permaneceu, excepto casos isolados, alheio desde então a todo esse movimento. Para tal alheamento deve ter contribuído uma multiplicidade de factores, em que avulta a viragem da política portuguesa para a África Negra no século XIX e, sobretudo, o atraso económico do país, que a Revolução Industrial britânica deixara decididamente para trás.

Houve, sem embargo, duas matérias cujo ensino alcançou direito de cidade na universidade portuguesa: o Sânscrito, leccionado no Curso Superior de Letras a partir de 1877 por Vasconcelos Abreu (a que se sucederam Sebastião Rodolfo Dalgado e Mariano de Saldanha), e o Árabe, aí leccionado a partir de 1914 por David Lopes (a quem sucedeu Joaquim Figanier). Devido à política de economias posta em prática pelo governo de Salazar estiveram essas cadeiras em risco de ser suprimidas, mas acabaram por ser salvas pela sua transferência para a Escola Superior Colonial (depois Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, finalmente Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina), onde integraram um Instituto de Línguas Africanas e Orientais vocacionado sobretudo para o ensino das línguas vivas necessárias aos agentes da administração ultramarina. Nesse contexto funcionaram até 1974 as cadeiras de Árabe e Sânscrito, ao lado das de Cantonês (falado em Macau), Concanim (Goa) e Tétum (Timor), e de diversas línguas africanas que de momento

nos não interessam, embora seja interessante ressaltar que era o único lugar do mundo em que eram sistematicamente ensinadas. Ocasionalmente funcionaram ainda cursos livres de outras línguas, como o de Amárico (língua oficial da Etiópia).

Para além da política de economias de Salazar havia a ideologia política do Estado Novo, pouco favorável a incursões noutras universos culturais. A ideia da “missão civilizadora” de que Portugal se arrogava implicava a desvalorização, pelo menos tácita, das demais civilizações, pelo que o seu estudo tendia a ser olhado como uma *chinesice* ou, pelo menos, como um luxo dos países ricos, que o Estado não tinha entre nós o dever de patrocinar.

Fora da universidade os estudos orientais foram cultivados por alguns francos atiradores, de que merece especial destaque o nome de Francisco Maria Esteves Pereira, quiçá o mais distinto, pelo menos o mais enciclopédico dos orientistas portugueses, que se dedicou a estudos etiópicos, árabes, hebraicos, siríacos e sânscritos, sendo considerado na sua época um dos maiores etiopistas mundiais, cujas edições de textos etiópicos são ainda hoje em dia periodicamente reimpressas em Lovaina. O seu caso é paradigmático: sendo coronel de Engenharia e jamais tendo ensinado, não deixou discípulos, a sua obra permanece em boa parte inédita, e a *Enciclopédia Verbo* na sua primeira edição nem sequer mencionava o seu nome...

Nisto como em muitas outras coisas o golpe militar de 25 de Abril de 1974 não mudou senão as aparências. A ideologia marxista, que então conheceu uma curta mas intensa voga, tinha, no fundo, uma visão das civilizações não-europeias não muito diferente da do Estado Novo, embora, naturalmente, com base em pressupostos bem diferentes. A visão linear e progressista da História, que o marxismo em parte herdou do positivismo oitocentista, levava a encarar esses mundos como civilizações em certa medida fósseis, que teriam conservado até aos nossos dias um estado de cousas já ultrapassado no Ocidente, mas onde este podia como que contemplar-se noutras fases da sua

própria evolução. Na sua visão da História, porém, a civilização ocidental — a única que completou a passagem, progressiva, do modo de produção escravista ao feudal e deste ao capitalista, de cuja contradição, por seu turno, surgiria o socialismo — revestia entre todas as do globo uma exemplaridade única, e era, por tal razão, a mais merecedora de reflexão e estudo. É verdade que certas correntes marxistas-leninistas que se pretendiam mais ortodoxas, como o Movimento Renovador do Partido do Proletariado (MRPP), contemplavam a China como quinta-essência da fidelidade ao pensamento da escola, o que levava a uma certa curiosidade pelo seu passado; daí resultou, por exemplo, que a cadeira de Chinês leccionada na Faculdade de Letras de Lisboa atingisse um *record* de cerca de quarenta estudantes; mas as consequências práticas dessa voga, que aliás passou depressa, permaneceram nulas.

A *europomania* que nos últimos anos se instalou como *leitmotiv* no discurso dos poderes e tende a invadir toda a cultura nacional tampouco favorece o desenvolvimento desses estudos; não é de espantar que governos que têm pautado a sua actuação pelo lema “sede europeus e tanto bastará para que sejais felizes”, os não tenham jamais acalentado... Como adiante veremos, o pouco que ultimamente se tem feito neste campo deve-se sobretudo ao patrocínio de instituições privadas, como a Fundação Oriente e a Fundação Gulbenkian, em certa medida à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, mas praticamente em nada às instâncias normais da administração como o Ministério da Educação ou entidades semelhantes.

Assim, a despeito de todas as vicissitudes políticas, os estudos orientais continuam entre nós *sicut erat in principio*...

Que entendemos por “Oriente” e por “estudos orientais”.

“Oriente” é um termo geográfico dos mais imprecisos, que se aplica a coisas inteiramente diversas. Na terminologia eclesiástica

tradicional aplica-se especialmente às igrejas herdeiras das do império bizantino, de modo que a maior parte dos Bálcãs e o mundo helénico fazem já parte dele. Na linguagem corrente aplica-se bastas vezes ao Próximo Oriente arabófono e islâmico, que na realidade tem muito mais a ver com o Ocidente europeu que com a Ásia Extrema. Se o Velho Mundo se pode repartir, algo simplistamente, entre Ocidente e Oriente é, como observou outrora Von Glasennap, pelo Pamir, pelo Afeganistão e pelo vale do Indo que passa uma fronteira cultural significativa: a Oeste as religiões da revelação histórica de Deus, a Leste as da lei eterna do universo. Ou, se preferirmos, por outras palavras, em termos menos filosóficos mas mais históricos, a Ocidente as culturas herdeiras da helenística e do judaísmo, a Oriente as que em maior ou menor medida sofreram as influências da Índia. Mas a medida dessa influência indiana varia imensamente: predominante em Ceilão e na Ásia do Sueste peninsular (exceptuado o Vietnam, em que prevalece a da China), foi na Insulíndia recoberta pela do Ocidente islâmico ou cristão, e na China e no Japão somente no aspecto religioso, graças á difusão do budismo, foi alguma vez sensível. Entre o mundo chinês, que ignora a diferença entre poder político e poder religioso e em que tudo gira em torno do estado, e o mundo indiano, em que o estado é tradicionalmente débil e instável e predominante a influência do clero — seja bramânico ou búdico — as diferenças são abissais. Só a muita ignorância ou um eurocentrismo exacerbado e doentio permitem falar do “Oriente” como um bloco, ou contrapor globalmente a “cultura oriental” ou a “mentalidade oriental” à do Ocidente.

Oriente é, pois, uma mera designação geográfica, ou, em termos escolásticos, um conceito com extensão mas desprovido de compreensão. Daí se segue que os “estudos orientais” são, por natureza, diversificados. Se os tratamos em conjunto é apenas por comodidade prática; foi para não violentarmos demasiadamente a natureza das coisas, impondo-lhe uma terminologia enganadora, que preferimos, no título deste artigo a expressão “estudos

árabo-islâmicos e orientais”, que na sua prolixidade conota já, ainda que não bastantemente, uma certa heterogeneidade.

É, aliás, por razões meramente pragmáticas que em Londres, na *School of Oriental and African Studies* os estudos asiáticos andam associados aos africanos, e que em Paris, no *Institut National des Langues et Civilisations Orientales* se ensinam ao lado das principais línguas da Ásia as da Europa oriental, várias da África Negra e até língua ameríndias da América. Ninguém de boa fé pretenderá que haja algo em comum entre o quéchua e o malaiala, ou entre as culturas andinas e a do Irão...

Ocupar-nos-emos, pois, nas linhas que se seguem tanto dos estudos sobre o Próximo Oriente muçulmano ou cristão-oriental como da Índia, da China e do resto da Ásia. Deixaremos, pelo contrário, de lado tanto os estudos ditos outrora “de Antiguidade Oriental” ou seja das Civilizações Pré-clássicas da bacia do Mediterrâneo, como os estudos judaicos. A razão é, também desta vez, simples e pragmática: é que tais civilizações sempre foram reputadas como a matriz da civilização ocidental, pelo que o seu estudo conquistou desde cedo direito de cidade nos programas oficiais do ensino, tanto secundário como superior. Nem a sua situação é tão catastrófica como a dos estudos orientais clássicos e modernos, nem se lhe aplicam os considerandos que em seguida faremos, pelo que mais lógico se torna deixá-lo de lado.

Situação actual

Comecemos pelo ensino secundário que, pelo número de pessoas que toca, é sem dúvida o mais importante — pelo menos o que maior projecção tem sobre as massas e o que maior influência pode exercer na formação da mentalidade colectiva. Há quase duas dezenas de anos já que se introduziram nos programas de História aí vigentes alíneas sobre as grandes civilizações orientais, nomeadamente Índia e China. Tem-se a impressão que, por falta de conhecimentos dos docentes (que

os não adquiriram na Universidade, como na situação vigente, que a seguir retratamos, dificilmente poderiam adquirir), de bibliotecas onde se possam documentar e de manuais em condições, essas disposições têm permanecido praticamente letra morta. Tal constatação conduz-nos necessariamente a repensar o nosso ensino universitário, visto ser na universidade que se formam os professores que veicularão até à grande massa dos estudantes os conhecimentos de que carecem.

A despeito da multiplicação das universidades e institutos, licenciaturas e mestrados a que se vem assistindo desde 1974, a verdade é que os estudos orientálisticos não progrediram significativamente em Portugal nos últimos decénios, antes em alguns aspectos regrediram, como se pode ver pelas conclusões do inquérito sumário que levámos a cabo e em seguida resumimos. Que nos sejam relevadas as eventuais omissões em que incorramos, inevitáveis com os reduzidos meios de informação de que dispomos!

No Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, herdeiro da Escola Superior Colonial, os professores de Sânscrito, Cantanense, Concanim e Tétum que se aposentaram não foram substituídos e o de Árabe transferiu-se para a Universidade Nova de Lisboa e daí para a Faculdade de Letras de Lisboa, de modo que, ao que se sabe, nenhuma das cinco línguas orientais que aí se ensinavam sob o antigo regime é presentemente leccionada. O pequeno Instituto de Línguas Africanas e Orientais que aí funcionava quedou assim inteiramente inactivo e a sua biblioteca praticamente inútil.

Na Faculdade de Letras de Lisboa subsiste o ensino do Árabe. O do Chinês (Mandarim), assegurado até Março de 1995 por um professor de origem chinesa transferido da Universidade de Lourenço Marques em 1974, foi suspenso devido ao falecimento inopinado do docente. O do Sânscrito, que fora durante 8 anos assegurado a título gracioso primeiro por uma professora aposentada do ISCSP, em seguida por um professor de História da Universidade Nova de Lisboa, está suspenso desde 1992 na

sequela de pressões exercidas pelo departamento de História da própria Faculdade de Letras, que, pretextando serem "ilegais" cursos ministrados por docentes não vinculados à Faculdade, aprovou por unanimidade uma moção a exigir a sua suspensão, após o que o docente, magoado, se recusou a prosseguir. Assim, ao cabo de 115 anos, o ensino do Sânscrito, introduzido graças á clarividência dos ministros do Senhor D. Luís, foi interrompido em Portugal.

Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa o mestrado, bienal, em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa inclui cadeiras opcionais de História da Ásia e História do Oceano Índico, que funcionam regularmente todos os biénios, e de línguas orientais, que funcionam conforme as disponibilidades de docentes e a escolha dos alunos; nesse quadro tem sido, em anos alternados, ministrado expressamente ensino de Malaio, Siríaco, Ge'ez ou Etiópico Clássico, e Persa, deixando-se propositadamente de lado as línguas como o Árabe, o Chinês, o Japonês, etc., que eram ensinadas noutros departamentos ou noutras faculdades, para onde se têm enviado os alunos interessados. O ensino da História do Índico tem sido assegurado em regímen de cursos intensivos por professores estrangeiros — sobretudo da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris — pagos com subsídios concedidos pelas Fundações Gulbenkian e Oriente e, ocasionalmente, pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. O ensino de História da Ásia e o da História do Índico sofreram, porém, rudemente da última reestruturação dos mestrados, imposta por diploma legal, que reduziu a sua parte escolar de dois anos para três semestres. O culto da simetria, tão característico da nossa legislação, obriga a aplicar a este mestrado o mesmo esquema de mestrados como o de História Medieval ou História Contemporânea de Portugal, em que a investigação não requiere quaisquer estudos qualitativamente diferentes dos que os alunos fazem durante a sua licenciatura, sem atender a que a investigação sobre a Expansão Portuguesa na Ásia, para

ser convenientemente enquadrada, requer uma base informativa muito mais alargada e diversificada. A necessidade de não sacrificar demasiado a investigação à informação levou a reduzir o ensino da História da Ásia — como igualmente o da África e o da América, o que é quiçá menos grave — a um semestre, o que é manifestamente insuficiente para quem, como é geralmente o caso dos nossos estudantes, não recebeu nem no ensino secundário nem na licenciatura as noções mínimas sobre tal matéria. Quanto às línguas, também o seu ensino foi reduzido de quatro para três semestres; para mais o do Malaio, Siríaco, Sânscrito e Etiópico tem sido ministrado, em anos alternados, pelo mesmo docente, que é também o de História da Ásia, e que, como é óbvio, não pode desdobrar-se indefinidamente nem assegurar o ensino de tão diversas matérias senão a níveis elementares, pelo que a solução até aqui encontrada é mais que provisória.

Existe na mesma Faculdade de Ciências Sociais e Humanas um Instituto Oriental, que ultimamente se tem mostrado vocacionado sobretudo para os estudos judaicos e de Civilizações Pre-Clássicas, em que, por decisão unilateral do presidente do Conselho Científico de então, foi em 1988 reincorporado, com a sua biblioteca, um Instituto de Estudos Orientais (árabo-islâmicos e asiáticos, medievais e modernos) que o Conselho Científico da mesma Faculdade havia anteriormente constituído em instituto autónomo. O instituto resultante da fusão, embora predominantemente virado para o Próximo Oriente e para a Antiguidade, tem organizado com relativa regularidade, ao lado dos cursos de Hebraico, cursos livres de Chinês, Japonês, Coreano e Árabe, com o carácter de cursos de divulgação e extensão universitária, ministrados por professores mais ou menos improvisados, recrutados entre os estrangeiros domiciliados no país. No departamento de Antropologia tem funcionado um seminário de Antropologia da Ásia do Sueste, ministrado por um professor convidado diplomado nessa especialidade pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris. Recentemente, na sequência da aposen-

tação do anterior director, este docente assumiu a direcção do Instituto Oriental, pelo que é natural que a orientação geral das actividades deste sofra uma certa inflexão temática. De qualquer modo o Instituto não dispõe senão de verbas mínimas, pelo que os cursos de línguas que aí têm funcionado têm sido (tal como também o de Persa no departamento de História) pagos pelas Fundações Gulbenkian e Oriente, o que tampouco constitui uma solução definitiva.

Na Universidade Católica Portuguesa ensinam-se as línguas bíblicas, litúrgicas e patrísticas do Ocidente — Hebraico, Grego e Latim — mas, que saibamos, jamais se encarou o ensino das do Oriente, de que, pelo menos duas — o Siríaco e o Etiópico — possuem literaturas quase tão ricas como aquelas.

Na Universidade de Coimbra tem sido desde há anos assegurado um curso livre de Árabe pelo professor encarregado do ensino do Hebraico e das Civilizações Pré-Clássicas, diplomado pelo Instituto Bíblico de Jerusalém.

Na Universidade de Évora fora criada há anos uma secção de Estudos Árabes, dirigida por um professor de origem egípcia doutorado em Munique em estudos de Próximo Oriente, que organizava cursos livres de língua, civilização e cultura árabes, com a duração de dois anos; embora a sua frequência jamais tenha sido grande, como seria de esperar numa universidade virada sobretudo para a agronomia, a pecuária e a formação profissional de professores do ensino secundário, dois estudantes daí oriundos chegaram a fazer, em outras universidades, doutoramentos no campo dos estudos árabes e um terceiro especializou-se em epigrafia arábica. Por razões que se ignoram a secção foi em seguida dissolvida, restando uma cadeira de História e Cultura Árabo-islâmica, como opção para as licenciaturas de História e Estudos Portugueses e uma de Língua Árabe, que nos últimos anos não tem funcionado devido ao princípio adoptado pela universidade de não pôr em funcionamento opções em que haja menos de 15 alunos inscritos.

Na Universidade do Algarve fora criado um curso *grosso modo* idêntico, confiado a um erudito local, professor do Liceu de Faro, que estudara árabe em Lisboa e em Madrid; mas acabou igualmente por ser suprimido, vindo a cessar o próprio ensino da língua com o falecimento do professor.

Na Universidade do Porto chegou a constituir-se um Instituto de Estudos Orientais, em que se ensinou pelo menos língua, civilização e literatura árabes; mas há mais de uma dezena de anos, em circunstâncias e por motivos que não conseguimos apurar, foi suprimido, não deixando, ao que se sabe, qualquer vestígio.

Na Universidade do Minho foi nalguns dos últimos anos lectivos leccionado um curso de iniciação à língua e cultura árabes, assegurado por um docente que estudou a língua arábica na Universidade Nova de Lisboa, ao tempo em que o seu ensino era aí ministrado; está ao presente suspenso, por o docente em questão ter obtido, para preparar o seu doutoramento, dispensa de serviço docente.

Fora das universidades há a registar cursos de chinês organizados pela Missão de Macau em Lisboa, de guzerate organizados pela comunidade hindu, de árabe pela mesquita, de tétum e concanim pela Fundação "Regresso das Caravelas" na Universidade Católica e talvez alguns outros mais. Trata-se, em todos os casos, de cursos de iniciação e de índole essencialmente prática, que podem paliar mas não suprir a inexistência de um ensino científico e universitário.

Um outro factor essencial ao desenvolvimento dos estudos orientais são as bibliotecas especializadas. As que sabemos existirem são todas de assaz modestas dimensões, fruto em muitos casos do espólio de curiosos falecidos e, como tal, acervos mortos, desactualizados por falta de incorporação de obras recentes e, sobretudo, do grande elemento actualizador que são as revistas de especialidade. O ISCSP herdou a biblioteca do falecido prof. Figanier, centrada nos estudos árabes e islâmicos. A Faculdade de Letras de Lisboa adquiriu, há muitos anos já, a do prof.

Vasconcelos Abreu, falecido em 1907, centrada nos estudos indianos, mas só há cerca de dois ou três anos começou a ser catalogada e foi posta, enfim, à consulta. Existe aí também uma pequena mas escolhida biblioteca de estudos árabes, oferecida pela Fundação Calouste Gulbenkian. Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa uma pequena biblioteca de estudos orientais, (árabes, indianos e japoneses sobretudo) foi, devido á anexação do instituto a que se aludiu já, absorvida pela de estudos judaicos e do Oriente Antigo; o Instituto de História de Além-Mar (criado para dar apoio aos mestrados em História dos Descobrimentos e da Expansão) juntou, com o apoio da Fundação Gulbenkian e da Comissão dos Descobrimentos, um pequeno núcleo de obras sobre civilização indiana, numa biblioteca ainda em formação mas virada sobretudo para a história da expansão europeia. Em Évora e em Faro restam os núcleos bibliográficos dos extintos ou moribundos cursos de Estudos Árabes, sabendo-se que o de Évora é excelente, ainda que pouco volumoso. A Sociedade de Geografia de Lisboa possui na sua biblioteca algumas obras de valor sobre o Oriente, ainda que na sua maioria já antiquadas; mas é, que saibamos, a única instituição portuguesa que recebe regularmente, em regime de intercâmbio, algumas revistas especializadas. Seja como for os fundos bibliográficos existentes no país são manifestamente insuficientes (sobretudo em matéria de revistas), o que tem obrigado, por exemplo, muitos dos estudantes do mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão da UNL que preparam teses sobre o Oriente a deslocar-se a Paris, para trabalhar em bibliotecas como as da *École Française d'Extrême Orient* e dos *Instituts d'Asie* do *Collège de France*, aproveitando das facilidades de alojamento oferecidas pela Casa de Portugal que a Fundação Calouste Gulbenkian mantém na *Cité Universitaire Internationale de Paris*, que assim tem prestado neste sector mais um inestimável serviço. As bibliotecas de Londres são, neste particular, mais ricas que as de Paris; mas a carestia do alojamento não aconselha a que se enviem

para ali estudantes fora dos casos estritamente indispensáveis.

Para além da investigação feita a título pessoal pelos encarregados dos cursos de línguas orientais acima enumerados e por um ou outro franco atirador, muito pouco há a registar na universidade portuguesa. Temos conhecimento de uma tese de doutoramento em Antropologia Social, apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, sobre o sistema das castas no Noroeste da Índia. No mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa da FCSH da UNL foram elaboradas até ao presente oito ou nove dissertações sobre a Ásia com uma certa componente de história local, mas apenas uma (sobre os Sultanatos do Norte de Samatra), utilizou documentação em língua local, que parcialmente traduziu, e deu decididamente o predomínio à história oriental sobre a colonial. Note-se que isso apenas foi possível por se tratar de documentação pouco extensa e numa língua de aprendizagem relativamente fácil, como o malaio, pois na maior parte dos casos os prazos limitados que a lei impõe para a elaboração de teses de mestrado não permitem que o estudante aprofunde dentro deles o conhecimento de uma língua oriental a ponto de poder utilizar documentação histórica escrita nela.

A Fundação Oriente vem desde há alguns anos distribuindo bolsas para mestrado ou investigação livre sobre estudos orientais, mas na sua esmagadora maioria os bolseiros, por falta de documentação e, sobretudo, de conhecimento das línguas, têm-se atido quase exclusivamente à história da presença portuguesa na Ásia, sem grandes incursões nos universos culturais locais.

Na capítulo da investigação não ligada ao ensino registe-se a existência no Instituto de Investigação Científica Tropical (sucessor da Junta de Investigações do Ultramar) de um Centro de Estudos Asiáticos e Africanos, que, no entanto, se tem debruçado predominantemente sobre a África; um protocolo firmado entre o Instituto e a UNL tem permitido que investigadores daquele assegurem nesta o ensino de História da África, mas

no que respeita à Ásia as investigações feitas até aqui situam-se ainda sobretudo no campo da história colonial, com diminuta componete de estudos locais.

Condicionalismos e limitações

A estagnação dos estudos orientais em Portugal parece dever-se a uma multiplicidade de factores, em que avulta a insuficiência de infraestruturas, nomeadamente de ensino, mas também o mau aproveitamento das que apesar de tudo existem, cujo rendimento acaba por ser assaz precário. Apontaremos em seguida os factores que se nos afiguram contribuir para este estado de coisas.

Em primeiro lugar o ensino das matérias aqui em causa é em todas as universidades reputado marginal, como que um pequeno complemento de luxo aos ensinamentos centrais, sem em nenhuma delas constituir um departamento ou entidade *a se*, com voz activa nos conselhos pedagógicos e científicos. Esta situação torna-o, por um lado, na vítima de eleição de qualquer política de economias que se pretenda pôr em prática; deixa-o, por outro, inteiramente à mercê dos jogos de poder no interior das faculdades, tornando-o em presa fácil de qualquer feudo universitário em busca de afirmação ou de expansão, como o ilustram vários episódios acima referidos. Tal instabilidade compromete seriamente a continuidade do ensino e faz da história dos estudos orientais em Portugal um perpétuo recomeçar.

O ensino em causa ressent-se ainda da falta de coordenação. Sucedeu, por exemplo, o Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa organizar, com subsídios obtidos da Fundação Gulbenkian e entidades congêneres, cursos livres de árabe e chinês, com uma frequência de escassa meia dúzia de alunos, quando na Faculdade de Letras de Lisboa, a cerca de 1 km de distância, funcionavam regularmente cursos das mesmas lín-

guas, frequentados por outra meia dúzia de estudantes. Teria sido muito mais racional organizar cursos de línguas não ensinadas em universidades vizinhas — por exemplo de persa, língua que além de possuir uma literatura riquíssima era, à época da expansão portuguesa, a língua diplomática de boa parte da Ásia e a língua oficial dos estados muçulmanos que ocupavam então mais de metade da Índia. Mas na maior parte dos casos os cursos livres de línguas orientais que aqui ou ali se organizam não são suficientemente publicitados nem constam dos guias curriculares que normalmente circulam, pelo que é frequente não se saber até dentro de uma mesma universidade quais são os cursos que aí são leccionados.

Por outro lado, tirante algumas excepções (como a língua árabe em Évora e as línguas que integram o *curriculum* do mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão da UNL, que têm o estatuto de cadeiras de opção), as línguas orientais ensinadas nas nossas universidades são-no a título de cursos livres, que não fazem parte integrante, nem sequer como opções, de nenhuma licenciatura ou mestrado. A sua frequência é em geral, assaz heterogénea, com tendência para o domínio dos meros curiosos, o que dificulta o ensino em bases científicas sólidas. Os alunos desistem com uma facilidade imensa, pois à medida que o ano escolar avança sentem a necessidade de concentrar os seus esforços e atenções nas cadeiras curriculares, sobre que devem ser avaliados, descurando as que lhes não valem quaisquer créditos (a título de exemplo: na FLL no ano lectivo 1991-92, inscreveram-se no curso de Sânscrito cerca de 30 alunos, de que nunca frequentaram regularmente as aulas mais de 15, número que pela Páscoa se reduziu a 3 e no final do ano a 2 apenas). Por sua vez os professores, para evitarem as deserções (até porque a única medida aparente da utilidade do seu ensino é o número de alunos que chega ao fim) têm, em geral, tendência para baixar o nível de exigência mas inflacionar as notas, de modo que o ensino raramente ultrapassa um grau assaz elementar. É notório o con-

traste com as disciplinas oficialmente declaradas curriculares, como as línguas leccionadas no quadro do mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão na UNL, em que, praticamente, jamais se registaram desistências.

Note-se que o grau elementar com que em geral os estudantes se contentam não é de modo algum inútil: permite, pelo menos, pronunciar correctamente os topónimos e antropónimos, buscar palavras isoladas nos dicionários, interpretar préstamos ocasionais que ocorrem nos nossos textos e empregar correctamente certos termos por assim dizer técnicos que existem em todas as civilizações. O que não é é suficiente. Para mais, entre esse grau elementar de conhecimento da língua e aquele que permite a leitura de textos medeia um hiato, maior ou menor consoante a dificuldade da língua, mas que corresponde pelo menos a um ano de aprendizado; trata-se de uma fase crucial, geralmente dura, em que o estudante sente que domina as estruturas fundamentais da língua, mas é, a despeito disso, incapaz para a utilizar, essencialmente por escassez de vocabulário, que o obriga a um manuseamento intensivo e fatigante do dicionário. Daí que, sem embargo de haver sempre um razoável número de principiantes no nível elementar da língua, raros sejam os que perseveram para além daquela fase crucial e passam ao nível superior, correspondente *grosso modo* a um terceiro ano de estudo. Ora a maior parte dos cursos de línguas orientais que funcionam nas nossas universidades comporta apenas dois graus ou anos, pelo que a prossecução do estudo para além do nível II fica pendente da disponibilidade em tempo e da boa vontade do professor, que, logicamente, as não malbarata senão em casos excepcionais.

Se insistimos com tamanha ênfase no ensino das línguas não é porque atribuíamos à linguística qualquer primado sobre as demais ciências, mas porque o seu conhecimento é uma chave para tudo o mais. Sem ele não são possíveis as investigações aprofundadas nem no campo da História, nem no da Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais afins, nem *a fortiori* nos da Lin-

guística, Filologia e Literatura. Na maioria dos países europeus não se admite hoje em dia que se faça uma tese de doutoramento sobre um país ou região de que se ignore a língua, e os investigadores que se entremetem a fazer trabalho sobre o Oriente sem dominar pelo menos uma língua oriental são assaz mal vistos. Dado o estado de cousas vigente, essa espécie de pressão da comunidade científica não existe entre nós, onde o conhecimento de tais línguas continua a ser olhado como uma raridade, quando não como uma excentricidade. Os investigadores contentam-se, no melhor dos casos, com o conhecimento elementar a que aludimos acima, suficientemente raro para constituir, as mais das vezes, título suficiente para a obtenção de bolsas de estudo — de modo que se vai perpetuando a investigação em moldes noutros países reputados inaceitáveis por arcaicos.

A inexistência entre nós de especialistas da maior parte das áreas culturais do Oriente tem inibido a investigação nesses campos sob a forma de teses de mestrado ou doutoramento, pois, logicamente, os professores defendem-se de aceitar orientar dissertações sobre matérias de que se não sentem seguros. No aspecto da investigação extra-académica, que parece envolver menores responsabilidades, verifica-se algumas vezes o fenómeno inverso, ou seja, subsidiarem-se, estimularem-se, empolarem-se trabalhos medíocres ou irresponsáveis, simplesmente porque se afoitam em campo entre nós novo, contando à partida com a impunidade que a inexistência de especialistas que os critiquem parece garantir.

Acções a desenvolver e princípios a adoptar

Para ultrapassar este estado de coisas, que em boa parte constitui um ciclo vicioso, parece-nos necessário dar prioridade absoluta a projectos e iniciativas verdadeiramente estruturantes e, entre esses, aos que visem criar as estruturas mais básicas de que se continua a sentir a falta.

É verdade que o programa quinquenal de desenvolvimento cultural *Praxis XXI*, iniciado no passado ano de 1995 pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, contempla, pela primeira vez entre os seu congéneres, a “valorização dos estudos árabo-islâmicos e orientais em Portugal”. Dado o seu carácter essencialmente temporário, parece, contudo, em extremo duvidoso que tal programa possa vir a ter resultados visíveis e duradouros, se não for acompanhado de iniciativas a longo prazo por parte de entidades estáveis, como as universidades. Se da parte destas — individualmente consideradas, ao nível do Conselho de Reitores ou ao do Ministério que as tutela e coordena — não houver iniciativa, as verbas do *Praxis XXI* pulverizar-se-ão sem chegarem a dar fruto e tudo regressará ao *status quo ante*.

As duas necessidades mais básicas e mais prementes parecem ser neste momento a formação de docentes (que possam ser simultaneamente investigadores) e o apetrechamento bibliográfico. Parece-nos, pois, que a essas duas vertentes se deveria atribuir uma prioridade absoluta, já que constituem o ponto de partida necessário para todo o desenvolvimento ulterior. Mas há que não esquecer que formar docentes só fará sentido se se criar um quadro em que, no futuro, possam exercer de uma maneira normal a sua docência.

Na formação de docentes-investigadores afigura-se necessário atribuir prioridade à aprendizagem das línguas, que na quase totalidade dos casos se terá de fazer no estrangeiro (por exemplo no *Institut National des Langues et Civilisations Orientales*, de Paris ou, alternativamente, na *School of Oriental and African Studies* de Londres ou ainda no *Istituto Universitario Orientale* de Nápoles). Esta prioridade atribuída à aprendizagem (para posterior ensino) das línguas não é, repetimo-lo, de ordem ontológica, isto é, não pressupõe qualquer preeminência da filologia sobre as demais ciências, mas meramente cronológica, decorrente da necessidade de estabelecer previamente uma base que permita ulteriores desenvolvimentos noutros campos. Aliás, nas institui-

ções estrangeiras acima referidas o ensino das línguas é acompanhado pelo de noções de literatura, história, etnologia e geografia humana do domínio geográfico de cada língua, pelo que a concentração na linguística acaba por ser mais aparente que real.

Nem a dimensão do país (que limita necessariamente a procura deste género de estudos e a dimensão do mercado de emprego para quem os leve a cabo) nem as suas condições económicas aconselham a que se diversifiquem em demasia os campos de investigação e ensino. Tornando-se assim imperativo seleccionar, parece-nos que a escolha deve incidir sobre três áreas temáticas principais, que aliás em boa parte se sobrepõem:

— 1º, a das grandes civilizações — essencialmente três, a chinesa, a indiana e a árabo-islâmica — que pela sua originalidade, riqueza ou difusão geográfica influenciaram decididamente a história da humanidade, que merecem ser estudadas desde as origens e na pluralidade das suas facetas;

— 2º, a das civilizações com que no decurso da sua história Portugal teve contactos significativos: além da árabe, com que houve um triplo encontro (durante a ocupação muçulmana da Península, no período da expansão portuguesa em Marrocos e no da expansão no Índico), da indiana, com que houve contacto de finais do século XV aos nossos dias e da chinesa, com que o contacto, iniciado no século XVI perdura ainda em Macau, ainda a japonesa, as da Ásia do Sueste (particularmente do mundo malaio, com que, devido ao seu carácter marítimo, o intercâmbio foi assaz intenso) e a da Etiópia, com que as relações, embora tenham durado apenas século e meio, deixaram profundas marcas na literatura e na documentação de um e outro país e cujo estudo, graças a Esteves Pereira chegou a ter entre nós grande relevo; sobre essas civilizações, para economia de meios, a investigação pode sem grande inconveniente restringir-se ao período tardo-medieval e moderno;

— 3º, a dos povos com que, mercê das condições políticas e económicas que tendem a prevalecer, se prevê que Portugal

desenvolva no futuro próximo as relações, como é nomeadamente o caso do Japão, da Coreia e da Malásia, áreas em que a investigação está naturalmente destinada a incidir sobre a época contemporânea.

Combinando os critérios acima enunciados, parece-nos que, no que toca às línguas cuja aprendizagem, estudo e ensino interessa promover, se deveriam privilegiar:

— as três línguas chaves dos três grandes blocos civilizacionais acima referidos, o Chinês para a China, o Sânscrito para a Índia e o Árabe para o mundo árabo-islâmico;

— paralelamente, as línguas em que abunda a documentação sobre o período de contacto mais intenso com Portugal ou que se afiguram relevantes para as relações futuras, a saber o Japonês, o Malaio (sob a designação de *Bahasa Indonesia*, língua oficial também da Indonésia), o Persa (cuja importância foi já realçada acima) e o Etiópico Clássico ou *Ge'ez*;

— finalmente, as línguas de regiões outrora sob domínio português, como o Concanim de Goa, o Tétum de Timor e o Cantonense de Macau, durante muito tempo ensinadas na Escola Superior Colonial, mas que uma a uma foram sendo abandonadas até o seu ensino tombar no mais completo olvido.

Se não há, aparentemente, condições sociais nem económicas para instituir desde já o ensino permanente de mais idiomas, isso não obsta a que, na medida em que surjam interessados, se concedam bolsas a investigadores que desejem aprender línguas que preencham, mas em grau menor, os requisitos acima apontadas como o Coreano, o Vietnamita, o *Thai* ou Siamês, o Birmano, o Cingalês (em conjunto com o Pali, língua litúrgica e cultural quer de Ceilão quer dos países budistas da Ásia do Sueste), o Malaiala (em conjunto com o Tâmulé, muito afim, de tradição literária mais rica, mas com menor contacto com a história portuguesa e menor influxo no nosso vocabulário), o Marata (língua em que há abundante documentação nos arquivos de Goa e até em Portugal), o Guzerate (língua de Da-

mão e Diu e das comunidades mercantis indianas da África Oriental), o Hindi (que, sem embargo da pobreza da sua literatura é a língua mais falada na Índia e oficial da União), o Suahili (língua das costas islamizadas da África Oriental do Sul da Somália a Moçambique), o Siríaco (ou aramaico cristão, língua litúrgica e de cultura das cristandades da Síria, Iraque e Índia meridional, e outrora também da Pérsia e Ásia Central) e finalmente o Turco (comportando necessariamente o Turco Otomano, em escrita arábica, em que está redigida a documentação histórica existente). Se houver investigadores diplomados em tais línguas e uma instituição que os enquadre poderiam, de tempos a tempos, organizar-se cursos de divulgação desses idiomas, destinados a outros investigadores, estudantes ou docentes interessados, e, no caso das línguas vivas, até a diplomatas, guias turísticos, empresários especialmente virados para essas áreas culturais, ou simples curiosos, ainda que estranhos ao meio universitário e académico.

O ideal seria a concentração dos meios financeiros e humanos na constituição de um organismo que centralizasse os estudos orientais em Portugal e assegurasse a sua continuidade. Para uma máxima economia de meios conviria que esse organismo fosse interdisciplinar e polivalente, isto é:

— que assegurasse ao mesmo tempo investigação e ensino;

— que associasse ao ensino das línguas o dos demais ramos das ciências humanas (História, Geografia Humana, Filosofia, Literatura) no concernente às áreas civilizacionais em questão, como em maior ou menor medida se faz nos institutos acima referidos de Londres, Nápoles e Paris;

— que ao ensino de carácter superior, destinado quer à formação de docentes e investigadores quer à de intérpretes e tradutores, juntasse o de vulgarização e extensão universitária, destinado a empresários, agentes turísticos, diplomatas e outras pessoas por um ou outro motivo interessadas em contactos com os povos orientais.

A criação de uma licenciatura em Estudos Orientais, que há anos esteve vagamente em projecto, não nos parece viável, essencialmente por falta de saídas profissionais para os diplomados. Ao invés, a de cursos de pós-graduação ou mesmo a de mestrados, de índole interdisciplinar, abertos a diplomados em qualquer ramo das ciências humanas, afigura-se-nos desejável e viável a médio prazo, desde que se conclua entretanto a formação de um número mínimo de potenciais docentes, pois organizá-los *com a prata da casa*, como soi dizer-se, terá certamente por resultado a institucionalização da mediocridade reinante. Parece-nos, contudo, que haveria que fazer em tal caso duas interrogações à legislação vigente, sem o que tais cursos se arriscarão a permanecer estéreis ou não passar de arremedos. Por um lado, tratando-se de matérias assaz especializadas, há que prever que a *ratio* docente/discente não poderá jamais ser a mesma que em outros cursos. Por outro lado, a maioria das línguas exige um aprendizado de duração superior a três semestres, e o ensino de disciplinas tais como História da Ásia — ou mesmo simplesmente História da Índia ou da China — Civilização Islâmica, Literatura Árabe ou quejandos, não cabe num semestre; os cursos deveriam ter, por conseguinte, atendendo à sua especificidade, uma duração superior à dos demais mestrados.

A criação de um organismo central dessa natureza não implica a supressão dos ensinos de línguas e estudos orientais que existem já nas nossas universidades (pelo menos nas mais vizinhas da sede de tal organismo): parece, com efeito, ser possível celebrarem-se protocolos entre estas e aquele, pelos quais as universidades se comprometam a manter em funcionamento, com continuidade e ao nível científico requerido, o ensino das matérias em questão, e aquele organismo a fornecer a tal ensino o apoio necessário, especialmente bibliográfico; esta solução permitiria evitar a duplicação desnecessária e inutilmente dispendiosa de ensinos dentro da mesma área geográfica.

Quanto aos moldes institucionais em que tal organismo poderia ser criado, parecem-nos existir três possibilidades:

— criação de um instituto *sui juris*, que posteriormente celebre com as universidades e organismos de investigação os protocolos de cooperação que julgue necessários;

— criação de um departamento ou secção especializada dentro de uma das faculdades existentes (sem embargo de poder vir a estabelecer protocolos de cooperação com outras faculdades, universidades ou organismos de investigação), que seria nesse caso vocacionado primariamente para o ensino e secundariamente para a investigação — solução que redundaria quiçá em maior economia, não só por exigir menores gastos com infra-estruturas, como por permitir rendibilizar as verbas destinadas ao pagamento de docentes, visto as matérias que leccionassem poderem servir, simultaneamente, de disciplinas de opção para outras licenciaturas ou mestrados do ramo das ciências humanas;

— criação de um centro a partir de um organismo de investigação existente (como o Instituto de Investigação Científica Tropical), que seria nesse caso vocacionado primariamente para a investigação e secundariamente para o ensino, para o que necessitaria estabelecer protocolos com instituições docentes (do tipo do que já vigora entre o Instituto de Investigação Científica Tropical e a Universidade Nova de Lisboa, referido acima).

Seja qual for o molde institucional por que se opte, a solução preconizada nos parágrafos anteriores só é, evidentemente, viável se se disponibilizarem para o futuro meios financeiros permanentes que assegurem o seu regular funcionamento, embora o financiamento inicial (necessário essencialmente para o apetrechamento bibliográfico e para a formação de docentes-investigadores) possa ser assegurado por uma fonte temporária como o programa *Praxis XXI*. De qualquer modo, dificilmente se entrevê maneira de escusar esse encargo permanente, pois ainda que se optasse por não centralizar os estudos orientais num organismo em maior ou menor medida novo, a formação de docentes-investigadores não faz sentido e acaba por resultar inútil se se lhes não assegura um quadro em que possam exercer com estabilidade a sua actividade profissional. Afigura-se-nos

que sem isso as verbas que se disponibilizem se pulverizarão, sem que os estudos orientais em Portugal saiam do estado embrionário — que até aqui, em um século, a despeito de repetidas tentativas oficiais ou privadas, jamais lograram ultrapassar.

Considerações finais

Diz-se muitas vezes que a História é mestra da vida. Mestre é, mas sem alunos, tão poucos são os que lhe escutam as lições...

Ponhamos os olhos num qualquer dos seus capítulos, seja, por exemplo, o das primeiras relações de Portugal com a China. Quantos erros se cometeram por ignorância, quantos danos materiais, angústias e até vidas humanas se poderiam ter poupado se houvesse um pouco mais de conhecimento da maneira de ser, de agir e de pensar dos Chinas!

Não pretendemos, evidentemente, que todo o passo errado resulte da mera ignorância: muitos resultam de fraqueza ou mesmo de malícia. Contra esta, nas suas múltiplas modalidades — vontade de poder, desejo de dominar o outro, ganância de explorar o semelhante, mera *glória de mandar e vã cobiça desta vaidade a quem chamamos fama* — não é poderoso o saber, mas tão somente o querer. Mais pode, portanto, a moral do que a ciência. Se, de dentro, o homem se não aperfeiçoar, não serão os conhecimentos que de fora se lhe ministrem que o farão melhor. Assim foi desde as origens da humanidade, assim continuará certamente a ser, enquanto o homem for homem, pois nem o fim do colonialismo nem a queda do comunismo bastaram, como nem o fracasso do capitalismo bastará, para fazer do filho de Adão um anjo.

Ainda que a humanização do homem não seja tarefa dos doutores, mas dos religiosos, dos ascetas e dos santos, é mesmo assim provável que possam ajudar a domar a besta feroz que

nele sobrevive o sentido da vacuidade de todas as cousas inerente ao Budismo, a noção de abissal distância entre o relativo e o absoluto, tão viva no Hiduísmo, a doutrina da não-violência do Jainismo, o conceito de *virtude* da doutrina de Confúcio ou os ideais do não-agir e da harmonia com o cosmo do Taoismo, pelo que sempre haverá ganho em penetrar em tais sabedorias.

Mas muitos dos males de que a humanidade tem sofrido têm causas mais comezinhas e, como tal, mais fáceis de evitar. Muitos resultaram de se absolutizar a própria maneira de ser e ver, sem tentar compreender a do outro. Ora num mundo que, graças ao progresso técnico, encolhe a olhos vistos, mas em que a população cresce na medida inversa, as ocasiões de contacto com o outro são cada vez mais frequentes — mas mais frequentes também os riscos de fricção. Para que a Terra seja realmente redonda e não um poliedro facetado e repleto de arestas, quando não de espinhos, é necessário, antes do mais, que o homem se conheça. Mas conhecer o homem não é conhecer meramente a nossa própria freguesia. Para lá do nosso pequeno mundo há mais mundo. Convém conhecê-lo. Aliás, só assim conheceremos capazmente o nosso. Somente a comparação nos dá o sentido da relatividade das cousas, nos ensina a distinguir o que é inato e conatural à espécie humana, do que é criação desta ou daquela cultura e, como tal, perecível.

As próprias culturas, aliás, são perecíveis, a nossa inclusive. E a morte de muitas delas foi exactamente a ancilose, o encerramento sobre si próprias, a cegueira ao que se passava em torno.

Se conhecermo-nos a nós mesmos é, em certa medida, conhecer o outro, então o conhecimento das outras civilizações não é luxo. É uma necessidade.